

Uma nova CPI

A desastrada divulgação dos nomes de 127 parlamentares aos quais se atribuiu autoria de emendas que entraram clandestinamente no Orçamento de 1992 forçou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento a reconhecer publicamente os malefícios da denúncia apressada. Pena que os parlamentares do PT e o senador do PSE não se apercebessem mais cedo que as investigações não precisam ser necessariamente acompanhadas da leviandade de acusações prematuras, com odor de ajuste de contas político. Não poderia haver — graças a mais uma indiscrição — oportunidade melhor para mostrar que é à serenidade demonstrada pelo presidente e pelo relator da CPI que se deve o rompimento do tumor que supurou o Legislativo, numa operação que requereu mão firme e olho certo

antes que mãos rápidas. Estas podem cortar carne sadia, como a CPI acaba de reconhecer, ainda que mire importante abscesso. E o momento não é de precipitação.

A CPI tem pouquíssimo tempo para concluir suas atividades. Até o dia 17 para encerrar os interrogatórios e o relator apresentar sua peça; e até o dia 24 para que o relatório seja encaminhado, aprovado, ao presidente da Câmara dos Deputados. O esclarecimento da autoria das emendas clandestinas apensadas ao Orçamento, depois de sua aprovação, é da maior importância, mas não tão vital que possa se constituir em risco a todo o trabalho desenvolvido até aqui pela CPI, que precisa cumprir os prazos para não ver tudo o que levantou simplesmente arquivado. Também é de se esperar que dos depoimentos que serão prestados nos próximos dias surjam novos

fatos que demandem posteriores investigações, da mesma forma que indícios inéditos surgiram dos interrogatórios já feitos.

De tudo isso o deputado Roberto Magalhães certamente fará menção em seu relatório, propon-

do as ações moralizadoras que julgar convenientes e a Nação espera. Não é demais lembrar, no entanto, que, uma vez encerrados os trabalhos desta CPI, nada impede que se convoque outra, que garanta a elucidação dos fatos ainda obscuros havidos na Comissão de Orçamento.

Uma nova CPI, em continuação à que corre, teria muito que fazer. Quanto à opinião pública, ela saberia entender os motivos que le-

variam a CPI do Orçamento a deixar seu trabalho inconcluso em troca da exposição dos parlamentares indignos do mandato às penas dos Regimentos da Câmara e do Senado e do Código Penal.

A CPI que se reúne sob a presidência do senador Jarbas Passarinho não deve comprometer a eficiência revelada até aqui pela ânsia de alguns de seus membros de abarcar o mundo com as pernas. Está cumprindo seu dever e este é o de ex-

por à execração os parlamentares que até aqui foram apanhados com a mão na botija onde o público guardou seus impostos e sua confiança. Os demais aldravões, no entanto, devem temer pela chegada de sua hora.

É preciso conhecer os autores das emendas piratas ao Orçamento. Mas isso é função de uma nova CPI